

A CORROSÃO DO CARÁTER E OS MECANISMOS ALIENANTES DOS PROCESSOS DE TRABALHO NO CAPITALISMO TARDIO

Renato Nunes Bittencourt¹
Luigi Bordin²

Resumo: Desde seu início, o sistema de produção de bens e mercadorias capitalista foi e permanece sendo excepcionalmente contraditório. A contradição encontra-se na geração de riquezas incalculáveis e de extrema magnitude e nas representações e relações sociais cada vez mais empobrecidas, carentes e instáveis em decorrência dos processos intrínsecos ao modo de se produzir vigente na contemporaneidade. O presente artigo faz um resgate histórico do modo de produção capitalista, das contrariedades e paradoxos inerentes a esta forma de se produzir mercadorias, ressaltando e descrevendo as fases do sistema capitalista na história da humanidade e como este sistema de produção norteia a psicodinâmica do trabalho.

Palavras-chave: Corrosão, caráter, trabalho, capitalismo, flexibilidade.

Abstract: Since its inception, the system of capitalist production of well materials and merchandises was and remains exceptionally contradictory. The contradiction lies in the generation of untold riches and extreme magnitude and in the representations and social relations increasingly needy and impoverished, unstable as a result of intrinsic processes to produce force in contemporary times. This article makes a historic rescue of the capitalist mode of production, the setbacks and paradoxes inherent in this way to produce wells, pointing out and describing the stages of the capitalist system in the history of mankind and how this production system guides the psychodynamics of the work.

Keywords: Corrosion, character, work, capitalism, flexibility.

Introdução

O avanço do sistema capitalista na sociedade moderna exigiu inúmeras transformações nas mais diversas segmentações da vida humana, em nome da manutenção de uma lógica econômica regida não apenas pela sempre temerária especulação financeira, mas também pela flexibilização das capacidades humanas para a efetivação do trabalho, exigindo de cada pessoa a paradoxal capacidade de contínuo aprimoramento das suas habilidades profissionais e o decréscimo de sua segurança existencial no mercado de trabalho. O preço a ser pago pela manutenção

¹ Doutor em Filosofia – PPGF-UFRJ. E-mail: renatonunesbittencourt@yahoo.com.br

² Doutor em Filosofia – PPGF-UFRJ. E-mail: luigibord@uol.com.br

de um razoável padrão de vida é certamente doloroso: a contínua dedicação ao mundo do trabalho, que rompe a esfera do ambiente estritamente profissional e avança vorazmente aos sagrados espaços domiciliares; mais ainda, raramente ocorre o reconhecimento econômico por sua crescente qualificação técnica, circunstância que gera uma sensação de alienação existencial no mundo do trabalho, o empobrecimento da vida subjetiva do indivíduo da era moderna e a impossibilidade deste se realizar efetivamente nas suas atividades profissionais.

CAPITALISMO E DECADÊNCIA DA CONDIÇÃO HUMANA

A civilização ocidental tradicionalmente estigmatizou o trabalho como uma atividade degradante para o ser humano, considerando-a indigna de homens livres. Nessa conjuntura, o trabalho era imputado como uma tortura; aliás, a análise etimológica da palavra trabalho indica que esta se origina do termo latino *tripalium*, um instrumento de suplício. Contudo, essa perspectiva negativa em relação ao trabalho só encontra significação na estrutura laboral regida pela relação de dominação entre senhor e submisso, sendo incompatível com a experiência de trabalho na qual o ser humano adquire a capacidade de se realizar existencialmente. Marx explica com precisão esse processo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu próprio câmbio material como uma de suas funções. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211).

Todavia, o desenvolvimento da tecnologia capitalista conduziu ao paulatino decréscimo da capacidade do trabalhador se realizar como ser humano em suas atividades laborais, reconhecendo-se naquilo que ele faz em sua jornada. David Harvey aponta que:

O trabalho é fundamental para todas as formas de vida humana, porque os elementos da natureza têm de ser convertidos em produtos de utilidade para os seres humanos. Mas, nas relações sociais que dominam o cerne do capitalismo, o trabalho assume uma forma muito particular em que o trabalho, as tecnologias de

produção e as formas de organização estão reunidas sob o controle do capitalismo por um tempo predeterminado de contrato para fins de produção lucrativa de mercadorias (HARVEY, 2011, p. 88).

O processo tirânico da globalização da economia e dos signos culturais somente gerou a ampliação desse processo de decadência humana no sistema de trabalho, não importando o grau de sua especialização. Produz-se, de um modo geral, apenas para a satisfação das necessidades básicas de consumo, explorando-se as forças vitais dos indivíduos em nome da ditadura do capital, regime que, simbolicamente, pode ser considerado terrivelmente pior do que a ditadura do homem sobre o homem, pois nasce de uma abstração do poder econômico sobre as configurações orgânicas da existência humana. Conforme argumenta Alain Touraine:

A globalização do sistema econômico enfraqueceu principalmente os instrumentos de intervenção formados num quadro nacional, em particular a capacidade de regulação e de controle das relações entre os atores econômicos por um Estado capaz de intervenção tanto social quanto econômica (TOURAINÉ, 2011, p. 28).

Tanto pior, nas circunstâncias em que o indivíduo obtém uma remuneração aparentemente compatível com sua dedicação ao trabalho, ocorre a sua inserção social na dimensão do consumismo, disposição insuflada pela necessidade humana de satisfação das suas carências existenciais pela aquisição desenfreada de bens materiais, revestidos pela publicidade com qualidades mágicas originalmente inexistentes nessas coisas, caracterizando-se assim o “fetichismo da mercadoria” (MARX, 2002, p.81). Porventura toda a nossa estrutura capitalista não se fundamenta em bases fetichistas? Mesmo as relações humanas adquiriram caracteres simbolicamente mágicos, alienando assim a própria existência social. Por conseguinte, sendo o mundo do trabalho o local onde o indivíduo pode adquirir os meios de sua subsistência, o sistema capitalista estabelece junto ao trabalhador uma disposição falseadora das suas relações produtivas, gerando assim alienação e conformismo mesmo perante as situações mais desagradáveis: O trabalho é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser, ele não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito (MARX, 2004, p. 82-83). O sistema de produção capitalista desde seus

primórdios foi e continua sendo extraordinariamente contraditório em suas bases axiológicas. Direcionando o olhar para a história da humanidade e o processo de produção de riquezas, talvez não se conheça qualquer outro modo de produção que tenha tido a capacidade de gerar tanta riqueza material, tantas invenções, obras e mercadorias, ainda que resulte na exaustão dos recursos naturais e na dominação do homem pelo homem. Conforme destaca Baudrillard,

A sociedade tecnicista vive de um mito tenaz: aquele do avanço ininterrupto das técnicas e do “atraso” moral dos homens em relação a elas. Os dois aspectos são solidários: a “estagnação” moral transfigura o avanço tecnológico e faz dela, único valor seguro, a definitiva instância de nossa sociedade: de igual forma se encontra justificada a ordem de produção (BAUDRILLARD, 1993, p. 132).

Ao somar todos os feitos materiais da humanidade ao longo de séculos, o resultado é menor que a riqueza produzida pelo capitalismo em poucas décadas. Isto é, nenhum modelo de produção anterior logrou agenciar com tanta eficiência o trabalho humano, explorar a natureza com igual intensidade, potencializar as capacidades físicas e intelectuais de maneira a fazer avançar a humanidade em dimensões inimagináveis. Conforme aponta Hannah Arendt,

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural (ARENDR, 1981, p. 15).

Concomitantemente, nenhum sistema produtivo anterior teve e têm arraigado em seu progresso aspectos múltiplos desastrosos. A riqueza da produção social é usufruída por grupos cada vez mais restritos, os inventos e as obras são destinados a poucos grupos economicamente viáveis, o trabalho humano é explorado sob o princípio da fungibilidade dos operários, e a exploração da natureza é extremamente predatória. Laymert Garcia dos Santos salienta que, “Subordinada aos ditames do mercado, a cidadania só é concedida e reconhecida para aqueles que se encontram inseridos nos circuitos de produção e consumo” (SANTOS, 2011, p. 127). Percebe-se que, desde o final do século XX, o sistema capitalista amplia as desigualdades de forma próxima ao paroxismo: milhões de

obeso-mórbidos nos EUA e milhões de subnutridos nos continentes historicamente explorados economicamente, politicamente e militarmente pelas potências imperialistas; produção de equipamentos medicamentos em altíssimas eficiências e tecnologias e carência de remédios para banais epidemias; fortunas bilionárias nas mãos de poucas dezenas e bilhões de miseráveis no globo. As diferenças são imensas, chocantes, ou passam despercebidas, multiplicando-se de maneira infinita; todo esse processo ocorre de forma acelerada. Conforme pondera Anthony Giddens,

A experiência global da modernidade está interligada – e influencia, sendo por ela influenciada – à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço (GIDDENS, 1997b, p. 77)

Essas considerações genéricas sobre o capitalismo tardio são necessárias para que possamos apontar e detalhar questões específicas deste sistema de produção, suas conseqüências mais prementes (globalização) e finalmente convergir na nossa realidade imediata (o capitalismo flexível). Em suas bases, o capitalismo tem uma lógica de funcionamento bem específica: organizar o trabalho humano para produzir mercadorias que serão vendidas por preço superior ao seu custo. A extração de mais-valia é diametralmente, extração de mais-poder. Ao organizar a produção, o regime capitalista estrutura da mesma forma, toda a sociedade, subjugando as diferentes relações sociais a uma lógica mercantil, produtivista e concorrencial. A ideologia capitalista do trabalho pode ser assim descrita: “Quanto mais alguém trabalha, melhor vivem todos”. Aqueles que trabalham pouco, ou aqueles que não trabalham, prejudicam a coletividade e não merecem ser considerados como seus membros; quem trabalha como deve é socialmente um vencedor e quem não obtém sucesso é responsável por seu insucesso. Depois da exploração do homem pelo homem em nome do capital, o neoliberalismo e seu braço operacional, a globalização, criaram, mantêm e ampliam em nome da sacralidade do mercado a exclusão de grande parte do gênero humano. Tal como aponta ironicamente André Gorz sobre a “profissão de fé” do trabalhador submisso ao império do capital desumanizador,

Acolherei as inovações técnicas que aumentam o rendimento de meu trabalho mesmo se elas o tecnizam, submetem-no a rígidos imperativos, fazem-no assemelhar-se a um trabalho rude. Aliás, não tenho escolha: se não acompanhar a evolução das técnicas (ou adaptar-me a elas), logo mais não poderei viver da venda de meus produtos: não serei mais competitivo (GORZ, 2007, p. 109).

Para que ocorra essa organização laboral que desagrega a vitalidade criadora do trabalhador, fazem-se necessários o disciplinamento da sua força produtiva e a coerção moral, econômica e mesmo física. Tais aparatos normativos se sustentam porque nenhum trabalhador livre aceitaria o fato de trabalhar além do necessário para a sua sobrevivência; nenhum trabalhador livre aceitaria condições penosas e aviltantes de um trabalho, como é constatado no capitalismo avançado, destituído de sentido existencial em uma realidade humanamente diluída. Percebe-se assim, que o primeiro momento desse processo é sempre a subjugação, na seqüência transformada em subordinação, até chegar a uma situação de consentimento, isto é, de naturalização da divisão social do trabalho na estruturação social hierarquizada e, por fim, do entendimento alienado de que a sociedade assim organizada é a única sociedade possível de acontecer. Analisando essa questão, Francis Fukuyama destaca que:

Dada a forte correlação entre industrialização avançada e democracia, a capacidade de crescimento econômico dos países durante um tempo prolongado, parece muito importante por sua capacidade de criar e manter sociedades livres. Contudo, embora sejam capitalistas, nem todas as economias capitalistas têm sucesso – ou, pelo menos, tanto quanto outras. Assim como existem distinções marcantes entre a capacidade dos países formalmente democráticos para manter a democracia, existem diferenças igualmente marcantes entre a capacidade de crescimento das economias formalmente capitalistas (FUKUYAMA, 1992, p. 273).

O capitalismo, diante de todos os seus elementos formais num período histórico, configura-se através de fases específicas da dinâmica de produção, fases estas que podem ser consideradas modelos de desenvolvimentos ou paradigmas de macro-regulação. Em pouco mais de um século, existiram dois grandes momentos claramente configurados na expansão capitalista. Ao apresentar esses movimentos, buscar-se-á identificar a especificidade do momento capitalista contemporâneo. Poder-se-ia considerar que o “capitalismo é ainda o mesmo”, contudo, não se pode

negar que as estratégias empresariais e seus impactos sobre os trabalhadores são bem diferentes desde o início de produção do capital, assim como as resistências dos movimentos sociais na luta contra essas novas estratégias capitalistas.

A DINÂMICA “INCLUSIVA” DO CAPITAL

O regime capitalista, do final do século XIX até a explosão da Primeira Guerra Mundial, era marcado por uma lógica concentradora, impulsionada por grandes empresas industriais. O mercado consumidor era limitado, girando em torno da aquisição de produtos de luxo pelas elites, partidárias do consumo conspícuo tal como analisado por Veblen em *A Teoria da Classe Ociosa*: adquirir produtos especiais se torna uma forma de distinção social, signo de pertencimento a uma elite dotada de poder aquisitivo. As classes sociais encontravam-se polarizadas em termos de alta burguesia e proletariado: as lutas de classe, no mundo norte-ocidental europeu, eram sem nuances, com enfrentamentos de extrema violência – revoltas operárias radicais de um lado e repressão sem concessões de outro. A expansão abrangia o mundo todo e impulsionada pelo Império Britânico, abria mercados periféricos através da imposição das armas. A dinâmica inclusiva do capital na esfera mundial inicia-se logo após a Primeira Guerra Mundial. Suas principais características podem ser sintetizadas em três elementos: a) crescimento da presença do Estado que, especialmente após a crise de 1929, passa a adotar políticas ditas keynesianas, regulando o mercado, promovendo investimentos, desenvolvendo políticas sociais compensatórias nas áreas de educação, saúde, habitação e transporte; b) correlação de forças mais favoráveis aos trabalhadores (consolidação dos sindicatos, construção dos partidos trabalhistas e social-democratas), permitindo o estabelecimento de contratos coletivos e a ampliação de direitos sociais para um número crescente de pessoas; c) desenvolvimento de técnicas gerenciais e administrativas pelo empresariado para contrapor-se ao crescimento do poder operário (taylorismo/fordismo). Com o mesmo objetivo, foram intensificados a automação e o desenvolvimento tecnológico, ampliando assim o jugo do empresariado sobre a massa dos trabalhadores. Nesse quesito, André Gorz pondera que:

O trabalho mercantilizado gera o puro consumidor dominado que não produz nada daquilo de que ele precisa. O operário produtor é

substituído pelo trabalhador consumidor. Constrangido a vender todo o seu tempo, a vender sua vida, ele enxerga o dinheiro como o que tudo deve comprar simbolicamente (GORZ, 2010, p. 84).

Todos esses elementos em movimento resultaram em um modo de se produzir muito peculiar na ambivalente história do capitalismo. A pressão operária e política por direitos forçaram a modernização industrial e uma abertura para maior redistribuição de renda, ampliando os mercados consumidores. Desenvolveu-se assim, um movimento circular (trabalho-renda-consumo) que propiciou a inclusão de um número extraordinário de indivíduos na esfera social. Esse processo foi bastante irregular, pois o período áureo do Estado de Bem Estar Social não eliminou os conflitos nos espaços de trabalho e na esfera política, fazendo com que os resultados positivos, em países da periferia, ficassem sempre muito aquém daqueles registrados nos desenvolvidos industrialmente. O que vale salientar desse período é a lógica de inclusão. Realista ou fictícia, a permeabilidade do sistema em expansão representou a grande esperança de ascensão social, tanto para os subalternos como para os candidatos a capitalistas. Por décadas, predominou a ideia que, trabalhando arduamente, seja como assalariado seja como patrão, era possível ganhar dinheiro, usufruir dos resultados do progresso material e, ao mesmo tempo, ascender na escala social. Conforme Max Weber apresenta magistralmente ao longo de *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, essa ideia, promulgada no pensamento religioso (principalmente no calvinismo) não valia apenas para indivíduos mais dinâmicos, mas era a regra geral: valeria para todos:

Acima de tudo, este é o *summum bonum* dessa “ética”: ganhar dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão simplesmente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensado não exclusivamente como fim em si mesmo, que, em comparação com a “felicidade” do indivíduo ou sua “utilidade”, aparece em todo caso como inteiramente transcendente e simplesmente irracional (WEBER, 2004, p. 46).

Há de se reconhecer que, nesse período, a mobilidade social não foi regular, porém a ascensão era efetiva. Alguns poucos conseguiram grandes saltos. Realidade, ou ficção para apenas alguns, o importante é que o processo integrador

desse movimento condicionou percepções e práticas de políticos, sindicalistas, empresários e intelectuais, transformando-se o desenvolvimento industrial em uma “religião laica” regida pelos signos do dinheiro. Estabilidade, contratos coletivos, direitos sociais para todos e vários outros elementos relacionados ao mundo do trabalho continham a força de lei e legitimidade assegurada. Contudo, a mais importante resistência ao modelo dominante partiu do seio mesmo da economia capitalista. O sucesso das ideias e das práticas de um capitalismo regressivo, batizado agora de *neoliberal*, permitiu configurar um modelo diferente do anterior, modelo esse que impulsionou uma lógica excludente, da qual se sofre as conseqüências de maneira terrível até o presente momento.

A OFENSIVA NEOLIBERAL

Segundo a perspectiva “liberal burguesa” e hoje “neoliberal”, é pretensamente no livre mercado que se realiza a paridade e a igualdade econômica entre os cidadãos. Enquanto equivalência entre mercadorias, o Capital converte-se em igualdade de todos os cidadãos no mundo formal do direito, desaparecendo com isso as causas verdadeiras das desigualdades sociais no sentido que a igualdade formal do direito esconde a desigualdade substancial da divisão e das lutas de classes. Engana-se quem postula a progressiva supressão da atividade reguladora do Estado no regime neoliberal; pelo contrário, em sua expressão máxima ele privatiza os lucros dos especuladores financeiros (banqueiros, grandes industriais e investidores da bolsa de valores), sustentados pela tributação da massa social de contribuintes, ao mesmo tempo em que socializa os riscos dessa mesma população que serve de suporta para as ações inescrupulosas da elite plutocrática. A “liberdade” se traduz simplesmente na “liberdade de cada cidadão perante o mercado segundo a lógica capitalista do utilitarismo”, do individualismo e da busca do próprio lucro. Sob a igualdade e liberdade formais do direito temos, pois, na prática, de um lado, uma “integração sistêmica” e, de outro, uma “desagregação social”. Pietro Barcellona destaca que “O individualismo de massa que caracteriza a sociedade contemporânea acompanha uma grande pobreza de relações interpessoais; o neo-individualismo de massa torna pobre e frágil a identificação individual e a identificação coletiva (BARCELLONA, 1995, p. 62); Nancy Snow, por sua vez, aponta que crescemos absorvendo a mentalidade das

corporações, levando uma vida patrocinada, mas ignoramos quase todos os nossos direitos cívicos (SNOW, 2004, p. 83).

De um lado, a grande burguesia organizada, associada aos capitais multinacionais lucra brutalmente e, de outro, as precárias condições de trabalho têm como efeito uma desocupação estrutural, uma degradação de salários, uma maior exploração dos trabalhadores e um progressivo dismantelamento dos mecanismos de seguridade social. Isto é: a integração sistêmica no plano econômico é responsável por um crescente processo de ruptura das redes de solidariedade e de desagregação nos planos social e nacional, provocando no âmbito dos trabalhadores uma “exclusão” em termos de mercado de trabalho, de ocupação profissional, de acesso aos bens de consumo, de fruição de direitos etc. Nesta fase, o neoliberalismo faz-se presente, sobretudo na esfera industrial, em um processo que fornecerá sustentação às transformações que acabarão culminando no novo modelo, batizado de “acumulação flexível” ou “sociedade pós-moderna” ou, simplesmente, globalização neoliberal. Fazendo uma síntese extrema, podem-se destacar os traços gerais do novo paradigma tecnológico com suas múltiplas conseqüências sociais, experienciadas até o momento histórico imediato: a) *Reestruturação Produtiva*, que corresponde à conjugação de vários processos: racionalizações das plantas industriais, intensificação da automação microeletrônica e da robotização industrial, reengenharia, adoção das estratégias de terceirização e sub-contratação; b) *Reformas do Estado de Bem-Estar Social*, que correspondem à redução dos direitos previdenciários e dos mecanismos de proteção social, ao combate sem trégua às instituições sindicais no mundo inteiro e aos códigos do trabalho que asseguravam estabilidade, contratos coletivos, direitos e protetores. Ainda na esfera do Estado, intensificou-se o dismantelamento dos mecanismos de regulação e controle estatal, o processo de privatização dos setores estratégicos, a abertura de serviços públicos à lógica mercantil e concorrencial. Conforme destaca Joel Bakan: “Como as regulações reduzem a lucratividade, as estratégias para eliminá-las fazem sentido ao ponto de vista dos negócios. O executivo que, baseado em seu princípio de integridade ao processo democrático, se recusar a se envolver em influências políticas, falha com seus acionistas bem como com a obrigação legal da corporação de promover seus melhores interesses. A tarefa de um executivo não é defender a democracia, mas sim administrar suas

incertezas e evitar os obstáculos que ela apresenta” (BAKAN, 2008, p. 122). Por conseguinte, o declínio do Estado Social do mundo ocidental é sinal do triunfo do mercado total e da economia global que parece acelerar o projeto moderno de uma sociedade sem laços sociais, e totalmente administrada, por uma mega-máquina industrial-financeira e uma elite transnacional; c) *Globalização*, entendida como a conexão planetária da economia capitalista liderada pelas grandes empresas, cujo resultado é a redução dos controles alfandegários sobre a circulação do capital especulativo; redução das tarifas e regulação do comércio mundial pela Organização Mundial do Comércio (OMC), segundo os escusos interesses políticos e econômicos dos países componentes do G-8³; aplicação de mecanismos inibidores da produção científica e tecnológica dos países do terceiro mundo, através de leis de patentes; realocização espacial facilitada, desnacionalizações. A globalização é o slogan mais difuso pelos consultores das sociedades multinacionais dos chefes das escolas de gestão empresarial, dos economistas na moda e de muitos líderes políticos e formadores de opinião. Na verdade, a nova economia mundial se parece a um campo de batalha entre gigantes econômicos onde a descentralização, a transferência dos aparatos produtivos nos vários países do mundo e uma concorrência feroz baseada sempre mais nas alianças entre grupos de empresas americanas, japonesas e europeias, não concede trégua. Em um contexto de desregulamentação e liberalização dos mercados, a mobilidade do capital financeiro e industrial a nível mundial está em condição de driblar as regras e as normas estabelecidas e operantes a nível nacional, como demonstram a contínua expansão das empresas multinacionais no mercado mundial. Alianças e fusões continentais e mundiais entre empresas são, de fato, consentidas e até apoiadas pelos poderes mundiais.

A globalização, no mundo contemporâneo, é um processo que se apresenta como tecnicamente irreversível, não obstante diversas mobilizações de grupos políticos das mais diversas orientações ideológicas que se manifestam contrariamente aos ditames ditatoriais do capital neoliberal. As flutuações financeiras globais ultrapassam a capacidade das instituições locais monitorarem,

³ Acerca dessa questão, aproveitemos as pertinentes colocações de Joel Bakan: “Durante sua existência relativamente recente, a Organização Mundial do Comércio tornou-se um entrave significativo às habilidades das nações de proteger seus cidadãos dos delitos corporativos em geral, a globalização da economia, da qual a OMC é apenas um dos elementos, tem aumentado a capacidade das corporações de escapar da autoridade dos governos” (BAKAN, 2008, p. 29).

controlarem ou mitigarem o movimento do capital. Isso provoca o desmantelamento e a sucessiva reconstrução das instituições, com efeitos perversos sobre as economias locais. O dinheiro se move à velocidade do sinal eletrônico, mas o tempo das decisões políticas e dos projetos estratégicos das nações e dos povos solicita períodos mais longos entre a maturação e a sua efetiva concretização. Desta forma, a economia global se desloca progressivamente da política fatural para o âmbito da especulação pecuniária. O processo “totalitário” de globalização apresenta assim características crescente polarização da distribuição da riqueza, a persistente turbulência dos mercados financeiros dominados pelas operações especulativas imponentes e sem controle, a irracional utilização dos recursos a começar das águas, a “ocidentalização” dos estilos de vida e dos modelos de consumo que destrói o pluralismo das culturas e dos universos simbólicos. Para André Gorz,

Quando os rendimentos se elevam, a criação de novas necessidades é o mais importante. Estimulando a muitas pessoas a atingir um nível de vida mais elevado, a publicidade faz aumentar o consumo para um nível que nossa produtividade e recursos justificam (GORZ, 2010, p. 69).

O neoliberalismo destrói o Estado de Bem-Estar Social e o substitui, primeiro, por um Estado mínimo a serviço do lucro das grandes empresas e, segundo, por um Estado penal, por quanto se refere às massas de trabalhadores com trabalhos precários ou desempregados; os assuntos penais começam a ganhar status político, pois o Estado mínimo não apenas pouco se importa com a decréscimo da qualidade de vida das pessoas, assim como a manutenção satisfatória de a saúde, a educação, a previdência social, etc., mas, sobretudo, o Estado mínimo tem um grande e ambicioso projeto de criminalizar as relações sociais, os conflitos sociais, em suma, criminalizar a pobreza e todos os tipos humanos e coletividades imputadas como potencialmente delinquentes: ao invés de favorecer a conservação da cidadania, o Estado mínimo, comprometido em especial com a especulação financeira propícia aos interesses financeiros das grandes corporações, torna-se em verdade o inimigo público por excelência da sociedade. Conforme destaca LÖIC WACQUANT,

O encorajamento para que os serviços sociais, de saúde e educação do estado colaborem com a polícia e o sistema judicial torna-os extensões do aparelho penal, instituindo um panoptismo social

que, sob a manta de promover o bem-estar das populações despossuídas, submete-as a uma vigilância punitiva cada vez mais precisa e penetrante (WACQUANT, 2007, p. 56).

Daqui deriva a ampliação dos coeficientes de desigualdade, a crescente vulnerabilização de mulheres (jovens, velhos e minorias) provocada pelo desemprego aberto, a segregação e a corrosão dos mecanismos de integração e coesão sociais. A multiplicação dos bolsões de miséria nas regiões metropolitanas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a violação sistemática dos direitos humanos; o aparecimento de zonas controladas pelo crime organizado; a explosão das taxas de violência, a elevação dos níveis de marginalidade – estas são as conseqüências mais visíveis dessa seleção biológica feita pelo mercado no âmbito da economia globalizada. Lóic Wacquant destaca ainda que,

Graças à tenaz distorção de crime, pobreza e imigração veiculada pela mídia, bem como à constante confusão entre insegurança e “sentimento de insegurança” – feita sob medida para canalizar para a figura do delinquente de rua (de pele escura) a ansiedade difusa causada pelos deslocamentos dos assalariados, a crise da família patriarcal e a erosão das tradicionais relações de autoridade entre os sexos e as faixas etárias, a decomposição dos territórios da classe trabalhadora e a generalização da competição escolar -, estas políticas são objeto não apenas de um consenso político sem precedentes, mas também desfrutam de um amplo apoio público que atravessa as fronteiras de classe (WACQUANT, 2007, p. 28).

Os efeitos positivos da globalização em termos de aumento da produção global de riqueza e de distribuição de vantagens econômicas, políticas e culturais, são altamente seletivos. A globalização privilegia, de fato, os países mais ricos e poderosos, em quanto as desvantagem da globalização golpeiam todos os homens da terra e causam os danos maiores nas áreas mais pobres e mais atrasadas do mundo. Os êxitos políticos, econômicos e comunicativos da globalização correspondem a um projeto, pensado e realizado, consciente e cinicamente, pelas maiores potências do mundo e pelas instituições internacionais por elas controladas. Se o Estado contemporâneo entra em um processo de enfraquecimento de sua condição legiferante, uma infinidade de conseqüências desastrosas ocorre não somente no âmbito político, mas (e principalmente) no âmbito social: a diminuição de sua participação na construção da esfera pública e o beneficiamento da coletividade social. Ao se tentar reduzir a globalização à lógica

puramente econômica, perdem-se de vista o conjunto de mudanças na organização social contemporânea e as novas redes de relações em todas as dimensões da vida coletiva. O próprio capital se move de maneira diferenciada conforme a conjuntura econômica, política e histórica: anteriormente, ele se estabelecia duradouramente nas localidades e nos territórios, explorando os recursos naturais, os insumos e a exaustão da força de trabalho. Por se mover à velocidade de um átimo, o capital não tem qualquer dificuldade de “desarmar as suas tendas”, como aparece na literatura dedicada ao exame das flutuações produtivas e financeiras. Essa volatilidade e flexibilidade dispensam a administração presente, o gerenciamento, as garantias existenciais para o trabalho e faz das pessoas que detêm o dinheiro uma massa de “senhores ausentes” porque estão em todo lugar e em lugar nenhum. André Gorz destaca que,

Originalmente propostos aos trabalhadores como meio para lhes fazer aceitar a funcionalização de seu trabalho, os consumos compensatórios tornam-se assim a finalidade pela qual não-trabalhadores almejam o trabalho funcionalizado: não se deseja mais os bens e serviços mercantis como compensações ao trabalho funcional, deseja-se obter trabalho funcional para poder pagar o consumo de mercadorias (GORZ, 2007, p. 53).

Em contradição com a retórica falaciosa da globalização, as relações econômicas e financeiras globalizadas marcam não tanto o progresso, mas acima de tudo uma internacionalização da atividade econômica, isto é, uma intensificação das relações de troca entre economias que permanecem entre si substancialmente separadas; dessa maneira, as atividades econômicas, ao invés de dar vida a um único circuito global, tendem pelo contrário a organizar-se ao redor de três grandes blocos (América Setentrional, Europa Ocidental, Ásia), cada um dos quais articulam um centro e uma periferia em torno desse bolsão econômico. A legislação e as medidas do “Estado social” são lentamente desmanteladas com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas “locais”, considerado este o modo melhor para criar lugares de trabalho a nível nacional. Estamos diante de uma verdadeira e própria “ofensiva” da grande empresa capitalista com a finalidade de desmantelar progressivamente os institutos do Estado social e construir um sistema econômico mundial sem contra-poderes políticos e democráticos, isto é, estamos diante de um capitalismo sem instituições políticas e sociais. Trata-se de um novo modo de ser do capitalismo que modifica o caráter do

processo de acumulação do capital, pondo fim à era do desenvolvimento e do bem-estar difundido para uma parcela mais ampla do povo. Imerso em uma práxis econômica que impede a fixidez da produtividade humana, o indivíduo lida com a ameaça da flexibilidade profissional, a “dança das cadeiras” da civilização capitalista. Para Richard Sennett, é bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados ou que caminhos seguir (SENNETT, 2002, p. 9). Ao enfatizar-se a ideologia da flexibilidade, atacam-se as formas rígidas da burocratização no trabalho, e também os males da rotina cega, do trabalho que se constitui de forma maçante e alienada. De acordo com André Gorz,

Em resumo, a funcionalização e a tecnização do trabalho destruíram a unidade entre o trabalho e a vida. O trabalho, progressivamente, desde o agravamento da atual crise, deixou de garantir uma integração social suficiente. A diminuição progressiva do volume de trabalho socialmente necessário acentuou essa evolução e agravou a desintegração da sociedade (GORZ, 2007, p. 104).

É de conhecimento praticamente geral que a maioria dos consultores em recursos humanos prescreve que os profissionais nos dias atuais sejam ágeis, que invistam tudo o que puderem em suas carreiras para garantir sua polivalência no mercado de trabalho, não permaneçam em uma empresa ou função por muito tempo, estejam preparados para relações profissionais efêmeras, enfim, que estejam abertos a mudanças em curto prazo e assumam riscos continuamente. Essa situação é descrita de forma ácida por Bauman:

A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo. (BAUMAN, 2007b, p. 10).

A lógica opressora das relações sociais, empresariais e econômicas do capitalismo tardio se caracteriza pela anulação das particularidades humanas no sistema alienante no qual ele vive e trabalha cotidianamente, ainda que se propague a ideologia da singularização da capacitação profissional. O período de obsolescência de todo aprendizado se torna cada vez menor. Os defensores dessa dinâmica da velocidade de adaptação constante do trabalhador em novas

circunstâncias negam o ritmo natural do organismo humano, considerado em seus aspectos psicofísicos. Conforme o juízo crítico de André Gorz,

A sociedade na qual cada um espera encontrar um lugar, um futuro balizado, uma segurança, uma utilidade, esta sociedade – a “sociedade do trabalho” – está morta. O trabalho só conserva uma espécie de centralidade fantasmagórica, no sentido em que se diz que alguém amputado de um membro percebe ainda o membro fantasma que já não possui (GORZ, 2004, p. 69).

Dessa maneira, a vida profissional sob a égide do capitalismo tardio está tornando o indivíduo uma mera máquina produtiva, necessariamente sempre aberta ao processo de mudança. Tal como indaga Richard Sennett,

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdade e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojatadas? Estas são as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível (...). Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história se vive numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (SENNETT, 2002, p. 10-11; p.27)

Essas indagações nascem da tentativa de se compreender a própria ideia de identidade humana nas mudanças axiológicas decorrentes da instauração da moral “pós-moderna”, que expressa o mecanismo social de uma economia instável e uma organização social cada vez mais fluida. Já dizia Amartya Sen que “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (SEN, 1999, p, 23). Ao criticar os defensores do novo sistema de trabalho no capitalismo flexível, que enaltecem a maior democratização das organizações, Richard Sennett denuncia um controle ainda mais imediato de poder nas instituições que substituíram a pirâmide weberiana por um círculo em que o centro de decisões é ainda mais restrito e fechado. Na burocracia racional tradicional, a recompensa do trabalho era individual, cada um fazia a sua parte na construção do trabalho coletivo. A nova estrutura das instituições no capitalismo flexível destrói a prática de funções fixas e as substitui

pela competição interna de grupos de trabalhos que devem ser melhores e mais rápidos em resposta às demandas do mercado:

A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 2002, p. 9).

O capitalismo flexível como sistema de poder esconde nas modernas formas de flexibilidade três elementos básicos: a reinvenção descontínua de instituições; a especialização flexível de produção e a concentração de poder sem centralização. Reinventar a empresa tornou-se uma regra em um mercado no qual o que interessa é o retorno em curto prazo para os acionistas e a pronta resposta à demanda do consumidor. Nesta reinvenção contínua das instituições, há perda de controle das funções a serem realizadas pelos trabalhadores, levando também a uma perda da noção de tempo linear, não só na efetivação de trabalhos determinados como também na perspectiva de realização pessoal em longo prazo (a carreira profissional em uma empresa), e de sonhos individuais e familiares. Richard Sennett destaca que

O sinal mais terrível dessa mudança talvez seja o lema “não há longo prazo”. No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho (SENNETT, 2002, p. 21-22).

O que importa é mudar, não se comprometer e não se sacrificar pelo outro. O homem tem de ser capaz de dobrar-se para a demanda da empresa no novo capitalismo, em contrapartida o sistema não lhe dá condições de voltar ao molde anterior. A especialização flexível de produção como uma reorganização tem características que contribuem para o afastamento entre os trabalhadores e para o isolamento. É um processo de largo alcance que envolve a adaptação produtiva da força de trabalho a essas novas condições. Ou seja, a especialização produtiva não se detém exclusivamente na diversificação de produtos a serem comercializados, mas na diversificação de tarefas numa rede mais frouxa de obrigações,

compromissos e decisões mais rápidas. Com a tecnologia, terminou por facilitar a rapidez em se reprogramar e configurar as funções nas máquinas industriais. O processo de aceleração das modernas comunicações também favoreceu a especialização flexível, pondo dados do mercado global ao alcance imediato da empresa. Em consequência disto, há a interferência direta na questão do tempo. Eva Illouz salienta que:

A expansão das empresas caminhou de mãos dadas com a consolidação de teorias de administração que almejavam sistematizar e racionalizar o processo de produção. Na verdade, o sistema de gerenciamento deslocou – ou melhor, multiplicou – os *loci* de controle, que passaram das mãos dos capitalistas tradicionais para as de tecnocratas que usavam a retórica da ciência, da racionalidade e do bem-estar geral para estabelecer sua autoridade (ILLOUZ, 2011, p. 21).

As tarefas a serem realizadas são todas estabelecidas sob a égide do curto prazo, que corroem os laços de fidelidade, confiança e o compromisso do homem não só com a empresa, mas com a família e a comunidade; estas, só se solidificam com o tempo. Com o enraizamento da especialização flexível como forma de trabalho e a criação de riqueza material, os valores de autonomia, independência e liberdade sofrem grandes alterações, produzindo narrativas de vida que dispensam a profundidade dos vínculos entre os indivíduos. As experiências mais profundas de confiança, que só se consolidam com o tempo, são quebradas quando as instituições se desfazem com extraordinária rapidez (demitindo seus funcionários sem qualquer consideração moral) ou estão sendo continuamente reprojctadas.⁴ Richard Sennett, expressa a angústia do homem regido pela lógica comercial da economia da rápida reposição das peças obsoletas da existência:

“Quem precisa de mim?” É uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos de resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvias e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros (SENNETT, 2002, p. 174).

⁴ Nesse contexto, cabe a colocação de André Comte-Sponville: “Não há moral na Aritmética, não há moral na Física, não há moral na Meteorologia... Por que haveria em economia?” (COMTE-SPONVILLE, 2011, p. 73).

Quanto à descentralização do poder, no capitalismo flexível há a necessidade de aceleração dos processos produtivos, de forma que é preciso permitir aos funcionários mais controle sobre suas atividades, controle este que está sendo concedido sob uma estrita vigilância operada via novas tecnologias de informação, inaugurando formas mais sofisticadas de dominação do que as utilizadas nas empresas do passado. As tarefas são distribuídas em pequenos grupos (equipes), e supostamente esses grupos teriam uma maior distribuição do poder de decisão e não estariam de maneira alguma alterando o centro das discussões, mas, com certeza, das responsabilidades e cobranças de trabalho pelos líderes de grupos em sistemas nos quais os meios tecnológicos de informação facilitariam o processo comunicacional, empresarial e econômico. O paradoxo, no capitalismo flexível, se insere exatamente neste ponto. O novo sistema de dominação está sendo construído sob a insígnia da liberdade. Um dos melhores exemplos disso é a nova forma de organizar o tempo no local de trabalho, que Richard Sennett denomina “flexitempo”. O “flexitempo” é também uma forma de persuasão e coerção utilizada pela empresa: “A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis” (SENNETT, 2002, p. 53).

O funcionário vê a possibilidade de um planejamento das jornadas e do trabalho de maneira mais libertária e individual como uma recompensa, uma dádiva, um prêmio. O trabalho em casa, por exemplo, causa grande ansiedade entre os empregadores, que temem perder o controle sobre a produção de seus empregados. Em contrapartida, criou-se o monitoramento via *e-mails*, por rede, para verificar o trabalhador ausente. Pode-se constatar que a “desburocratização” das empresas é enganosa, pois, apesar do abandono da rigidez e do formalismo típicos da organização burocrática, a característica fundamental do capitalismo flexível é que a dominação e alienação do funcionário estão sendo re-criadas, re-configuradas pelos novos inventos tecnológicos. As pessoas empregadas e os executivos no ambiente empresarial estão sendo expostos pela necessidade de provar todos os dias a sua competência e o merecimento de tal oportunidade, caracterizando assim um estado contínuo de vulnerabilidade existencial e profissional perante um poder econômico que muitas vezes se revela arbitrário. Essa relação de forças é caracterizada por Viviane Forrester como *desemprego*

estrutural, em um mundo no qual se sabe que o contingente de indivíduos em faixa etária produtiva é estrondosamente maior do que o de empregos ofertados, as pessoas estão sendo continuamente pressionadas a se superar, apesar do alto risco de fracasso. Nesse contexto cabe a indagação: “será útil viver quando não se é mais lucrativo ao lucro”? (FORRESTER, 1997, p. 15). Nesse “jogo”, é bastante previsível que a flexibilidade cause ansiedade e estados de saúde patológicos, pois as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos devem seguir em suas jornadas de trabalho. Conforme aponta Sennett, “As novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues” (SENNETT, 2002, p. 104). Os funcionários de meia-idade são os que mais sofrem, pois a concentração nas capacidades imediatas leva a uma negação de sua experiência passada, agravada pelos rótulos de aversão ao risco e de inflexibilidade que são suscitados, no senso comum, pela fase do desenvolvimento humano próximo à velhice.⁵

Por outro lado, a ética individual do trabalho, personificada pelo “homem motivado”, que busca incessantemente provar seu valor moral pelo trabalho, está sendo substituída pela ética do trabalho em equipe. O trabalho em equipe, infelizmente, veio substituir a vigilância do administrador pela pressão dos colegas, tornando-se uma excelente estratégia para aumentar a produtividade, pois as aparências e os conflitos são sistematicamente adiados (pois nenhum trabalhador quer perder seu emprego, ou ser rotulado de “briguento”), facilitando assim a sua dominação profissional ou, em termos foucaultianos, “a docilização do seu corpo”. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis; a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 2010, p.133-134). Esse jogo de poder sem autoridade, na verdade, gera um novo tipo de caráter. Em lugar do homem motivado, surge o *homem irônico*. A ironia é exatamente um estado de espírito no qual as pessoas jamais são “(...) exatamente capazes de se levar a sério, porque sempre sabem que os termos em que se descrevem estão sujeitos a mudança, sempre sabem da contingência e fragilidade de seus vocabulários finais, e portanto de seus eus” (SENNETT, 2002,

⁵ Anthony Giddens salienta que “O risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza” (GIDDENS, 2011, p. 34).

p. 138). Uma visão irônica de si mesmo é a consequência mais previsível por se viver no tempo flexível, sem padrões de autoridade e responsabilidade. O trabalho em equipe, com suas ficções e fingimentos de comunidade está longe de ser a ética de trabalho desejável. Joel Bakan destaca que,

As corporações não são instituições democráticas – seus diretores e gerentes não devem prestar contas a ninguém a não ser aos acionistas que os empregam. A crença de que a bondade corporativa e a responsabilidade social podem e devem ser alcançadas pelas forças do mercado, a ponto de as regulações do governo se tornarem desnecessárias, tem como base o perigoso desprezo pela importância da democracia (BAKAN, 2008, p. 183-184),

É pelo enfrentamento do conflito que as pessoas de poder desigual e interesses diferentes podem se unir. Além do conflito, é fundamental para que a confiança se estabeleça entre as pessoas que elas sejam necessárias umas às outras. O comunitarismo defendido por Richard Sennett resulta de fortes laços entre pessoas que tiveram tempo suficiente para enfrentar suas diferenças: a suposição de que os membros de uma equipe de trabalho partilhem das mesmas motivações não garante uma comunicação efetiva, tornando o trabalho uma forma frágil de comunidade. Ironicamente, no capitalismo flexível, o necessitar do outro é um valor depreciado, visto como fracasso; pois este sistema, em sua ânsia pelos resultados, está gerando uma sociedade impaciente e concentrada apenas no momento imediato, cujos valores decadentes contribuem para corroer, vagarosamente, o caráter humano. Nesses termos, Anthony Giddens aponta que:

Nas profundas transformações que estão atualmente ocorrendo na vida pessoal, a confiança ativa está necessariamente atrelada à integridade do outro. Essa integridade não pode ser tacitamente assumida com base no fato de uma pessoa ocupar uma determinada posição social. A confiança deve ser conquistada e ativamente mantida; e isso geralmente pressupõe um processo de mútua narrativa e revelação emocional (GIDDENS, 1997a, p. 222).

Não existe tempo para relacionamentos duradouros (já que fortes laços entre as pessoas significam enfrentar com o tempo suas diferenças), não há espaços para relações desinteressadas, tudo deve ter uma finalidade. Em uma narrativa não partilhada, em uma história de dificuldades não discutida, não há destino a ser partilhado, e nessas condições o caráter se corrói. Para Bauman,

Podemos afirmar que a variedade moderna de insegurança é caracterizada distintivamente pelo mal da maleficência e dos malfeitores humanos. Ela é desencadeada pela suspeita em relação a outros seres humanos e suas intenções, e pela recusa em confiar na constância e na confiabilidade do companheirismo humano. E deriva, em última instância, de nossa inabilidade e/ou indisposição para tornar esse companheirismo duradouro e seguro, e portanto confiável (BAUMAN, 2007a, p. 63).

Imerso nesse processo rotativo de inclusão e exclusão instantâneas nas suas relações afetivas, a “humanidade líquida” cada vez mais teme afirmar a potência unificadora da solidariedade, da confiabilidade, da amizade e principalmente do amor, sentimentos que, aliás, não podem ser mensurados adequadamente por critérios quantitativos e cálculos estatísticos. Conforme os argumentos de Anthony Giddens, “a Modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando a possibilidade de emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu” (GIDDENS, 2002, p. 13). Richard Sennett, por sua vez, argumenta que “nas relações íntimas, o medo de tornar-se dependente de outra pessoa é uma falta de confiança nela; em vez disso, prevalecem nossas defesas” (SENNETT, 2002, p. 167). Tal parecer não desperta certezas, nem pretende levantar posições teóricas, muito menos resgatar um passado idílico da sociedade ocidental, mas, certamente, questiona (e de uma forma consistente) as transformações antigas e recentes que envolvem a todos os seres humanos em uma rede de poder flexível e incerta. Questiona assim como vamos moldar nosso futuro em uma sociedade na qual os indivíduos não estão mais seguros de serem necessários aos seus semelhantes e na qual o caráter não constitui a linha norteadora da vida e ética do trabalho.

O sistema econômico dominado pela globalização, respaldado nas novas tecnologias de comunicação, é cada vez mais dirigido pelo capitalismo financeiro, que se separa de todos os aspectos sociais e políticos da vida econômica, visando somente o lucro máximo (TOURAINÉ, 2011, p. 193). Em termos relativos, a taxa de empobrecimento de bilhões de homens é aumentada diante do crescimento dos países ricos, e é sempre mais claro que nem as grandes empresas transnacionais, nem as grandes instituições financeiras, nem os governos dos países componentes do G-20 têm interesse a modificar tal situação. Contudo, a contraparte desse processo tecnicista - as crises que surgem da desaceleração econômica decorrente

da diminuição do consumo e da perda de divisas pela especulação financeira - é escamoteada pelos detentores do poder capitalista, que apregoam a necessidade de progresso econômico contínuo, independentemente das consequências humanas, sociais e ambientais que tal desmedida gerar a curto, médio e longo prazo. Serge Latouche apresenta uma colocação extremamente perspicaz acerca desse problema, destacando que:

Nossa sociedade amarrou seu destino a uma organização baseada na acumulação ilimitada. Esse sistema está condenado ao crescimento. Quando há desaceleração ou parada de crescimento, vem a crise ou até o pânico (LATOUCHE, 2009, p. 17).

As necessidades não são mais necessidades autênticas ou desejos “naturais”, espontaneamente sentidos; são necessidades e desejos produzidos em função das necessidades de rentabilidade do capital.

CONCLUSÃO

Desafiando o senso comum e a espetacularização sedutora dos acontecimentos operada pelos aparatos midiáticos, devemos tomar uma posição crítica contra a barbárie do capitalismo globalizado e sua doutrina neoliberal, salvaguardar o espírito libertário da criatividade humana. Um quinto da população mundial goza do desenvolvimento (mercadorias, lucros, etc..), enquanto os quatros quintos, ao contrário, sofrem as conseqüências negativas da globalização (pobreza, poluição, desarraigamento cultural e degeneração da vida social por causa da criminalidade). Trata-se, nessas condições, de “desafiar o senso comum”, propondo o tema da luta contra o desperdício, o consumismo, a desigualdade social, defendendo a qualidade das relações sociais, das tradições culturais com o objetivo de construir uma sociedade laboriosa que seja também simultaneamente sóbria e existencialmente autônoma, e assim de modo algum refém de interesses subtraídos do poder democrático. Para isso, não serve um programa mínimo, mas um programa máximo para mudar a rota que está levando-nos ao estado de catástrofe social irreversível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARCELLONA, Pietro. **O egoísmo maduro e a insensatez do capital**. Trad. de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone Editora, 1995.

BAKAN, Joel. **A Corporação – a busca patológica por lucro e poder**. Trad. de Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Trad. de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007 a.

_____. **Vida Líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007b.

COMTE-SPONVILLE, André. **O Capitalismo é moral?** Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Mundo em descontrole**. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. “Risco, confiança, reflexividade” In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997a, p. 219-234.

_____. “A vida em uma sociedade pós-tradicional” In: In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997b, p. 73-133.

GORZ, André. **Ecológica**. Trad. de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica**. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Misérias do Presente, Riqueza do Possível**. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. de José Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

LATOCHE, Serge. **Pequeno Tratado do decrescimento sereno**. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

- MARX, Karl. **O Capital. Livro I, Vol. 1.** Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias - O impacto sócio-técnico da informação digital e genética.** São Paulo: Ed. 34, 2011.
- SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia.** Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SNOW, Nancy. **Propaganda, Inc. Vendendo ao mundo a cultura dos Estados Unidos.** Trad. de José Laurenio de Melo. São Paulo: Graphia, 2004.
- TOURAINÉ, Alain. **Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais.** Trad. de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições.** Trad. de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- WACQUANT, LÖIC. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Trad. de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.